

**HABEAS CORPUS Nº 515.273 - GO (2019/0167667-0)**

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**IMPETRANTE** : HUDSON THIAGO NERO DE OLIVEIRA  
**ADVOGADO** : HUDSON THIAGO NERO DE OLIVEIRA - GO042952  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS  
**PACIENTE** : CAIO FELIPE SOUZA MONTEIRO (PRESO)

**EMENTA**

PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DO DECRETO DE PRISÃO PREVENTIVA. *Writ* indeferido liminarmente.

**DECISÃO**

O presente *writ*, impetrado em benefício de **Caio Felipe Souza Monteiro**, deve ser indeferido liminarmente, porquanto o impetrante não o instruiu suficientemente, carecendo, então, do decreto de prisão preventiva, bem como do acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça.

Nesse passo, inviável a análise da insurgência apresentada neste *writ*, ante a ausência de documento essencial ao deslinde da controvérsia.

O *habeas corpus* não comporta dilação probatória e exige prova pré-constituída das alegações. Cabe ao impetrante o ônus processual de produzir elementos documentais consistentes, destinados a comprovar as alegações suscitadas no *writ*.

Nesse sentido, por exemplo: HC n. 317.882/RJ, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 31/8/2015; e RHC n. 45.789/RJ, Ministro Newton Trisotto (Desembargador convocado do TJ/SC), Quinta Turma, DJe 30/9/2015.

Assim, **indefiro liminarmente** o *writ*, nos termos do art. 210 do RISTJ.

Publique-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator